

EDUCAÇÃO PÚBLICA - TRAJETÓRIA E FUNÇÃO SOCIAL

Luciéte Carmen Gomes de Oliveira

Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: lucietecarmem@hotmail.com

Carlos Magno Maciel Lucas

Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: cmcarlos23@gmail.com

Cristina Naves de Deus

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: crisnavespsi@gmail.com

Fabiana Brites de Souza

Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: fabibrites79@gmail.com

Vagner Caldeira de Souza

Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: mestradovcs.827@gmail.com

Maurita Ribeiro da Costa

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: Mauritarc65@gmail.com

Renata de Araújo Prediger

Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidad de LA Integracion de Las Américas Unidas
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: adelirerenata@gmail.com



Ivanete Barbosa da Silva

Mestre em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: Ivanasilvafsa0@gmail.com

Rita de Kássia de Oliveira

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: profritak@gmail.com

Anjelita Maria de Santana Gomes

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidade del Sol (UNADES)
Endereço: Alto Paraná, Paraguai
E-mail: anjelitavieira01@gmail.com

Tatiane dos Anjos Vieira Vasconcelos

Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Ivy Enber Christian University
Endereço: Flórida, Estados Unidos
E-mail: tatiimperialbeer1@gmail.com

RESUMO

A educação nas últimas décadas vem sendo alvo de várias mudanças em relação a aspectos como: organização, currículos, espaço físico, entre outros. Diante desta perspectiva vê-se a problemática deste estudo: compreender a trajetória da educação pública e qual é a sua função social atualmente. No primeiro momento foi apresentado um estudo sobre a função social da escola. Posteriormente é apresentado a trajetória da educação pública. O objetivo geral deste estudo é compreender como funciona o trabalho dentro da escola. E os objetivos específicos são: abrir espaços dentro da escola para uma reflexão sobre o tema. O estudo observa a pesquisa bibliográfica com teorias sobre o tema, fazendo uma análise completa das ideias apresentadas, bem como reflexões teóricas. Conclui-se que, apesar das adversidades, experiências exitosas têm surgido e podem orientar tanto práticas pedagógicas mais eficazes quanto políticas públicas que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Educação. Função Social. Trajetória.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo transformou-se de maneira ampla e profunda. Essas transformações, de natureza científica, tecnológica, política, econômica, social e cultural, têm-nos levado a enfrentar sucessivos e complexos acontecimentos que modificam as nossas vidas nos mais diversos aspectos. Alguns desses acontecimentos estão relacionados com a trajetória da educação pública e a sua função social.



A escola é uma organização social, cultural e humana, onde cada um possui seu papel em meio a um processo de participação efetiva para o desenvolvimento das atividades propostas. Na escola cada um desempenha suas funções de acordo com atribuições específicas.

Esta pesquisa tem como foco principal a análise da importância do social das escolas.

O interesse pelo estudo sobre a trajetória da educação pública surgiu pela grande mudança das escolas públicas brasileira hoje que vai deste o processo de reorganização administrativa, pedagógica e financeira. Assim a problemática deste estudo é compreender a trajetória da educação pública e sua função social.

O objetivo geral deste estudo é conhecer como funciona o trabalho dentro da escola depois das mudanças e qual a função social.

E os objetivos específicos são: abrir dentro da escola espaços para uma reflexão sobre qual é a sua importância social.

Este estudo compõe-se de pesquisa bibliográfica elaborada sobre a Trajetória da educação pública e a sua função social buscando confrontar a teoria analisada no processo de ensino - aprendizagem.

A fundamentação teórica inicia-se com um estudo da trajetória da educação pública. No decorrer da mesma foi feita uma análise da função social da escola.

Sabendo que para compreender a função social da escola, é necessário situá-la no mundo contemporâneo, observando os diversos papéis exercidos por ela ao longo do tempo.

A Escola, para exercer sua função social de garantir a todas condições de viver plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos, precisa conscientizar-se de sua responsabilidade em propiciar a todos os seus alunos o sucesso escolar no prazo legalmente estabelecido. Para tanto, necessita erradicar de suas práticas, entre outras distorções, a cultura da repetência que tem se apresentado como solução à não-aprendizagem e não como problema que denota sua pouca eficiência. (DISTRITO FEDERAL, 2002, p.9).

Assim, é necessário, repensar na Escola, refletir sobre a atuação de seus membros e levá-los a assumir sua responsabilidade pela aprendizagem de todos os seus alunos, de acordo com suas atribuições. Diante do exposto a proposta e responder às seguintes indagações: Como as políticas governamentais, interferem na trajetória da educação Pública? Quais são os aspectos que possibilitam ou impedem a ocorrência da função social da escola? Contudo, reina a incompetência coletiva não para responder a elas, mas para resolvê-las concretamente (será possível isso?).

Desta forma, a relevância desse trabalho apresenta-se como um esforço de explicitar as políticas educacionais referentes à organização administrativa da escola com a finalidade de através de nossa resistência ativa, construirmos um modelo de educação e de escola que ocupe seu espaço público, por meio



da participação política e socialize o conhecimento, contribuindo para uma sociedade justa, onde a democracia assuma um “valor universal”.

2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

Dos fatos que marcaram a história brasileira na década de oitenta do século XX, temos, dentre outros, o fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tais fatos são, sobretudo, determinados pela mobilização da sociedade, a qual esperava que finalmente fosse implantada a democracia no nosso país. Dentre as várias políticas governamentais que prezavam pela redemocratização, no âmbito educacional, o objetivo era promover mudanças que garantissem a democratização do ensino, tendo em vista que problemas tais como alta taxa de evasão e repetência, falta de vagas, má distribuição de recursos e centralismo no processo de definições de políticas, precisavam ser enfrentados. A descentralização foi considerada um meio para enfrentar e mesmo acabar com os entraves educacionais e atingir a democratização do ensino.

A descentralização do setor educacional dos anos oitenta tinha, então, por objetivo diminuir a centralização no plano federal, e a transferência de algumas funções desempenhadas pelo Ministério da Educação, tais como, responsabilidade pela rede de Escolas Técnicas e gestão da merenda escolar, repasse de recursos e realocação das capacidades decisória e administrativa concentradas nos estados, por meio da municipalização do ensino e/ou da autonomia da Escola.

“Modificações foram poucas no que diz respeito à redução de funções e poder centralizados no Governo federal: as escolas técnicas foram repassadas para as instâncias subnacionais e a merenda escolar apenas começou a ser lentamente descentralizada”. Prossegue a autora afirmando que, “no âmbito federal, não houve política de descentralização, nem sequer esforço descentralizador consistente”. (ALMEIDA, 1999, p 25, 26).

O processo de descentralização das escolas públicas que comportam a Educação Básica variou muito, dependendo de decisões e do empenho dos governos municipais, majoritariamente responsáveis pela Educação Infantil, de Jovens e Adultos e Educação Especial, bem como do governo estadual, responsável predominantemente pela Educação Básica (antigos primeiro e segundo graus). Entretanto, a elevada taxa de reprovação e evasão, as precárias condições das instalações escolares, os baixos salários recebidos pelos docentes, entre outros problemas, são indícios de que a descentralização dos anos oitenta provocou apenas uma expansão das instalações físicas, do número de docentes e discentes, sem garantir as condições mínimas para um ensino com qualidade; que a descentralização, da forma como se concretizou, perverteu a sua própria meta: democratizar o ensino.

Passamos os anos noventa sem resolver os entraves educacionais e gerando outros, tais como a violência e o descrédito pela própria população com referência ao ensino público que esta possa oferecer.



Iniciamos o ano dois mil sem uma política educacional que promova a qualidade do ensino público com igualdade e para todos e com a agravante de um profundo

“retrocesso dos direitos fundamentais, um recrudescimento nas condições desumanas de vida, um desprezo por muitas conquistas democráticas e, o que é pior, um desalento e um obscurecimento das perspectivas transformadoras tanto na economia, como na política e na educação. (FÁVERO E SEMERARO, 2002, p.9).

O início da década de noventa foi marcado pela eleição de Collor de Mello para a Presidência da República, seguido por Itamar Franco que o substituiu após o “*impeachment*”, e Fernando Henrique Cardoso. Collor, no breve período que permaneceu frente ao Estado, tentou implementar uma política liberalizante, de modernização do Estado, o que em outras palavras significava a privatização do Estado. Itamar Franco, com uma proposta “nacionalista”, não conduziu a política nacional na mesma perspectiva, enquanto que Fernando Henrique Cardoso, retomando a proposta de Collor, implementa um governo que desorganize o Estado.

Nesse contexto, a proposta de que o governo desorganize o Estado vai configurando um projeto no qual ideologicamente se constrói um discurso que descaracteriza o espaço público e enaltece-se o espaço privado.

2.1 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

O modelo de gestão adotado pelas escolas públicas articulado com as instituições auxiliares da escola (IAEs), representadas pelas Associações de Pais e Mestres – APMs, Conselhos de Escola – CEs e Grêmios Estudantis – GEs, exercem um papel preponderante no processo de redefinição do espaço público estatal, tendo em vista que tais instituições, principalmente as APMs, por serem entidades jurídicas, podem assegurar a organização da escola pública no sentido desta arcar com o seu próprio financiamento, consolidando assim, um modo de gerir a escola.

As APMs, os CEs e os GEs estão sendo reorganizados para atenderem aos princípios mercadológicos e financeiros presentes na atual concepção que embasa a atual reforma educacional, tornando-se, muito provavelmente, em instrumentos de fiscalização e execução, legitimando um poder restrito à comunidade escolar, no sentido de esta arcar com a manutenção da escola. Tal poder pode vir a enfraquecer a possibilidade da construção no interior da escola da participação política, firmando um dado modelo de gestão escolar.

Essas instituições auxiliares da escola, a partir da década de oitenta, com o processo de democratização do país, são entendidas pelos educadores como canais legítimos de participação, como possibilidade gradativa de democratizar as relações de poder no interior da escola, contribuindo



sobremaneira com o processo de consolidação da gestão democrática, retirando do diretor de escola, um poder centralizador outrora outorgado. Em tese, os membros que compõe a escola decidiriam coletivamente sobre os assuntos administrativos, pedagógicos e financeiros da escola.

Entretanto, existem estudos acumulados que revelam dificuldades na concretização dessas instituições auxiliares da escola enquanto mecanismos democratizadores, canais que possibilitariam a participação política dos membros escolares no processo de tomada de decisões coletivas no interior da escola.

Tais estudos demonstram, entre outros obstáculos, resistência por parte dos diretores de escola e mesmo pelos professores com relação à participação de responsáveis por alunos, discentes e funcionários. Outro obstáculo refere-se à própria legislação que limita as atribuições e competências de tais instituições. Enfim, como indica o professor Gadotti (1992:51), “de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinetes”. Continua o autor afirmando a necessidade da participação se traduzir em resultados concretos. “Na nossa tradição política a participação se tornou instrumento de manipulação em fastidiosas e intermináveis reuniões ou assembleias em que, muitas vezes, a única decisão consiste em marcar uma próxima reunião”.

“sempre estiveram atreladas a uma legislação que as vincularam à administração escolar enquanto subalternas, dentro de uma organização hierárquica”. Desta forma, o professor justifica o papel irrelevante que tais instituições vêm assumindo, ou seja, “apenas referendando decisões já tomadas, ou naquelas ocasiões nas quais a direção da escola solicita participação em festa ou outra atividade para angariar fundos”. (LIMA, 1995, p. 100).

Não obstante, as instituições auxiliares da escola hoje estão adquirindo um perfil articulado aos princípios mercadológicos e financeiros presentes na atual concepção que embasa a atual reforma educacional.

Se tomarmos como parâmetro os princípios da administração gerencial, percebemos que esta possibilita a criação de autonomia ao Diretor e de participação dos membros que compõem a escola – responsáveis por alunos, professores, alunos e funcionários – no sentido de tornarem-se cidadãos-cliente no processo de tomada de decisão sobre os assuntos que dizem respeito à escola.

Este processo de tomada de decisão está canalizado no sentido de que os próprios membros devam encontrar soluções ágeis e eficientes para a execução dos projetos indicados pelos Órgãos Centrais. Em nome da descentralização (poder de decisão local), da autonomia (recursos financeiros próprios) e da participação (pagar pelo serviço público que deveria ser gratuito), a escola pública transita do estatal para o público não-estatal, garantindo que o financiamento da escola pública não dependa exclusivamente do Estado.



Esta forma de pensar a gestão da escola encontra-se embutida no papel que as instituições auxiliares da escola vêm assumindo que, diante da falta de recursos financeiros e humanos, criam variadas formas de arrecadação de verbas, que vão desde a contribuição espontânea, recursos da cantina, festas, até arrecadações das atividades extraclasse oferecidos aos alunos.

2.2 COMO AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS INTERFEREM NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

As Escolas continuam nas mãos dos Órgãos Centrais, sem autonomia financeira, pedagógica e administrativa. Esses três mecanismos são controlados de forma centralizada, em dois níveis: pelos Órgãos Centrais e no próprio interior da Escola. Os Órgãos Centrais incentivam a concorrência, a eficiência e melhoria da qualidade, sem ter o compromisso total pelo seu financiamento, somente pelo seu controle e avaliação, e as escolas criam mecanismos no seu interior para substituir o financiamento do Estado e cumprir com o que lhes é posto.

“analisando o processo de implementação da gestão compartilhada no Estado do Paraná, nos chama a atenção para o investimento que os Órgãos Centrais tem atribuído as APMs em detrimento do conselho de escola. Conforme a autora, “percebe-se um movimento de negação do papel do CE, já que ele sim é a instância máxima de gestão escolar Com relação ao grêmio estudantil, segundo a autora, é possível efetivar a gestão compartilhada, desde que o GE se limite a tratar ações imediatas e sempre circunscritas no âmbito da própria escola, sem relação com o movimento estudantil estadual ou nacional e nunca ligada a causas maiores” (SOUZA, 2001, p.130).

A APM vem assumindo a gestão da escola na perspectiva da sua manutenção, na perspectiva da gestão empresarial, desobrigando o Estado de seu financiamento. O Conselho de Escola, nesta ótica, restringe-se ao papel de coadjuvante, junto com o grêmio estudantil. Portanto, a possibilidade de participação política nestas instituições distancia-se mais ainda e conseqüentemente a possibilidade de democratizar as relações de poder no interior da escola tendo enquanto horizonte a superação da sociedade capitalista esvaem-se.

O Estado, ao desobrigar-se de seu papel de mantenedor do financiamento dos serviços sociais, redefinindo-se, transferindo essa responsabilidade à sociedade civil, contribui para a exclusão de uma grande parcela da população que vive hoje em condições miseráveis de moradia, saúde, educação e habitação, e legítima, assim, a primazia neoliberal do mercado. Ressaltamos que o Brasil, como a maioria das nações latino-americanas, é um país pobre, resultado de uma distribuição extremamente desigual de riqueza e renda. Em outras palavras, de nada vale um orçamento fiscal equilibrado, ou uma inflação ‘zero’, ou um superávit na balança comercial, se nossas sociedades desabam, se a miséria prolifera nas cidades e nos campos, se cada dia há mais crianças que crescem nas ruas, se os desempregados são uma legião cada vez mais numerosa, se o emprego se torna precário e os salários não são suficientes, se a criminalidade nos esmaga e



se a sociedade se divide num polo que faz o que pode para ostentar sua opulência e outro que não pode mais ocultar sua indignação.

3 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SEU CONTEXTO

3.1 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Segundo Porto (2009), a instituição escolar, o espaço educacional, não necessariamente é o espaço escolar e sim o espaço da vida, onde nos lembra Brandão (1981): “viver o fazer faz o saber”.

Escola é...o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, gente que estuda, gente que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comporta como colega, como amigo. Nada de ilha cercada de gente cercada de gente por todos os lados. Nada de ser como tijolo que forma parede indiferente, frio, só. Importantemente na escola não é só estudar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela. Ora, lógico...em uma assim vai ser fácil estudar, crescer, fazer amigos, educar e ser feliz. (FREIRE, 1999, *apud* PORTO, 2009, p. 20).

A autora afirma que é por meio da escola que a humanidade começou a desenvolver uma teoria da educação, passando a ser posteriormente objeto de estudo e reflexão.

O currículo de Educação Básica das escolas pública do Distrito Federal, aborda a educação, como um fenômeno histórico-social, que perdura durante toda a vida do ser humano e que se concretiza com as relações estabelecidas entre as pessoas e entre elas e as demais manifestações do mundo do decorrer dos tempos. (DISTRITO FEDERAL, 2002)

O documento ainda insere a escola em meio as diversas transformações vivenciadas pelo homem.

A humanidade, em sua constante busca de conhecimentos para satisfazer suas necessidades básicas e manter-se sobre a face da Terra, acumulou conhecimentos que se transmite e se ampliam constantemente. E a Escola surge, nesse contexto, como instância do saber e de formação humana. (DISTRITO FEDERAL, 2002, p.9).

A existência da escola tem sido registrada em todas as sociedades, seja através de experiências informais dos mais velhos aos mais jovens, ou como ação intencional e institucionalizada.

A escola pode assim também ser definida como...

...a instituição que a sociedade criou para transmitir às novas gerações o conhecimento sistematizado. Ao longo do tempo, tem se modificado. Todavia, nenhuma outra forma de organização foi capaz de substituí-la, ainda que novas alternativas, como a educação a distância tenham crescido de forma significativa nos últimos anos. (PROGESTÃO – Módulo 1, 2001, p. 23).



Para se compreender a função social da escola, é necessário situá-la no mundo contemporâneo, observando os diversos papéis exercidos por ela ao longo do tempo.

A Escola, para exercer sua função social de garantir a todas condições de viver plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos, precisa conscientizar-se de sua responsabilidade em propiciar a todos os seus alunos o sucesso escolar no prazo legalmente estabelecido. Para tanto, necessita erradicar de suas práticas, entre outras distorções, a cultura da repetência que tem se apresentado como solução à não-aprendizagem e não como problema que denota sua pouca eficiência. (DISTRITO FEDERAL, 2002, p.9).

Assim, é necessário, repensar a Escola, refletir sobre a atuação de seus membros e levá-los a assumir sua responsabilidade pela aprendizagem de todos os seus alunos, de acordo com suas atribuições.

Para que a escola cumpra seu papel, de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho, previsto na Constituição e na LDB, é necessário construir uma escola onde todos tenham acesso. (PROGESTÃO – Módulo 1, 2001, p. 19).

Em 1932, um grupo de educadores idealistas, que sonhavam com uma educação participativa escreveram sobre o papel da escola na vida e a sua função social, sendo:

...a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas “uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a crença, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza (...) Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganiza-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação (...) Cada escola, seja qual for o seu grão, dos jardins às universidades, deve pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação. Trechos extraídos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (PROGESTÃO – Módulo 1, 2001, p. 27).

Diante dos trechos do Manifesto dos Pioneiros, é possível perceber que na primeira metade do século XX, já havia pessoas interessadas em promover articulação entre a escola, a família e outros parceiros. No entanto, essa aproximação só aconteceu tempos depois.

Nos anos 50, educadores da época denunciavam sobre a melhoria da qualidade da educação, essa por sua vez não acompanhava o crescimento quantitativo.



3.2 ASPECTOS QUE POSSIBILITAM OU IMPEDEM A OCORRÊNCIA DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Ao lado dos problemas de acesso, é preciso considerar o baixo rendimento de nossa escola. Excesso de repetência e altos índices de evasão tornam o sistema escolar um caminho lento e tortuoso para nossas crianças.

Embora muitas permaneçam na escola, poucas completam o ensino fundamental no tempo esperado. Visando reduzir quadros de evasão e repetência cada escola pode:

- Manter contato com as famílias dos alunos com alto índice de faltas.
- Refletir com a equipe escolar sobre os problemas de repetência existentes. Para isso, pode-se fazer uma análise dos dados de aprovação e reprovação da própria escola.
- Identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem, buscando formas internas de acompanhamento.
- Desenvolver atividades que favoreçam uma boa convivência entre alunos.

Para se atingir os objetivos propostos anteriormente e vários outros no cotidiano escolar, é preciso que a escola possua uma equipe diretiva empenhada com os problemas da escola.

Segundo o Currículo das escolas públicas do Distrito Federal, o Diretor assume papel relevante ao conjugar o compromisso político que o fazer educativo exige com a sua competência técnica e a de todos os agentes educacionais, a fim de atender bem à comunidade na qual a escola está inserida.

Valerien e Dias (1995) definem as várias atribuições do Diretor. A cada uma delas, compete-lhe um papel específico:

- **O administrador educacional**, que tem a função de representar, na Escola, a instituição responsável pela educação local e por isso comunga-lhe os princípios e ideais, responsabilizando-se pela aplicação da legislação de ensino vigente e pelas normas administrativas, emanadas dessa instituição.
- **O gestor escolar**, que se responsabiliza pelo cotidiano da Escola, gerenciando-a em seus aspectos físicos e humanos, propiciando as condições de funcionamento, o enriquecimento profissional e perseguindo a qualidade pretendida pela instituição pública local.
- **O agente social**, que deve fortalecer os vínculos entre a Escola e a comunidade, busca-lhe a parceria, coloca-se como um servidor dessa comunidade, ouvindo-lhe os anseios, partilhando decisões e compartilhando resultados, conforme prevê a legislação emanada do órgão central.
- **O supervisor técnico-pedagógico**, que assume a responsabilidade primeira pela qualidade da educação, dominando os fundamentos da política educacional e do Currículo, definidos pelo órgão central, e da proposta pedagógica de sua escola. Conhece e estimula a atuação didática de seus



professores, fornece-lhes apoio técnico e material, acompanha o desempenho dos alunos, controlando os critérios de avaliação utilizados e propiciando-lhes condições de progresso e de sucesso. Preocupa-se em que sua escola ocupe lugar de destaque em relação aos índices de promoção, confrontados com os das demais Escolas. (Valerien e Dias, 1995 apud DISTRITO FEDERAL, 2002, p. 9-10).

Cabe ao Diretor em sua pessoa, acolher todas essas atribuições e papéis, buscando sempre um equilíbrio.

Em uma escola é importante também que se mantenha entre todos os membros um clima de respeito e confiança mútua, articulado pelo Diretor, respeitando as ideologias pessoais de cada um.

É importante que todos na Escola se conscientizem da importância dessa instituição na vida de cada um, pois a Escola, muitas vezes, é responsável pelo sucesso ou pelo fracasso na vida do aluno.

A Escola que cumpre sua função social é respeitada pela comunidade que a preserva; Escolas agredidas e depredadas são exemplo da forma de “diálogo” de que algumas comunidades são capazes de manter, quando não se sentem atendidas em seus anseios. (DISTRITO FEDERAL, 2002, p. 19).

Para que a escola cumpra seu papel, é necessário que repense sua forma de organização, gestão, os espaços, os meios e as formas de ensinar.

No intuito de que a escola consiga exercer sua função social, nos anos 90, a Unesco (órgão da Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura, instituiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, que produziu um relatório no qual a educação é concebida a partir dos quatro pilares da educação, eles estão apresentados logo a seguir. (PROGESTÃO – Módulo 1, 2001).

- **Aprender a conhecer** – ter domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Supõe aprender a aprender, exercitando os processos e habilidades cognitivas: atenção, memória e o pensamento mais complexo.
- **Aprender a fazer**- exprime na aquisição de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar variadas situações e trabalhar em equipe.
- **Aprende a conviver** – significa tanto a direção da descoberta progressiva do outro e da interdependência quanto a participação em projetos comuns.
- **Aprender a ser** – significa contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, bem como elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular seus próprios juízos de valor.

A educação embasada nesses pilares, indica uma função social voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta. Assim, ela pode trabalhar com o aluno



conhecimentos que lhes sirvam para atender a sociedade global e melhor conviver e agir em sua comunidade e no seu trabalho.

Dessa forma, torra-se mais fácil, fazer com que a escola cumpra seu papel e alcance sua missão. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a missão da escola é, promover o pleno desenvolvimento do aluno, preparando-o para a cidadania, e qualificando-o para o trabalho.

3.3 RELAÇÃO SOCIEDADE/ CULTURA E A ESCOLA

Shein (1991. apud OLIVEIRA, 2005: p. 68) traz três elementos existentes na cultura organizacional:

- **Artefatos:** se traduzem na infraestrutura da escola: tipo de linguagem oral e escrita que é veiculada, produção científica e artística, modo de relacionamento e atitudes comportamentais.
- **Valores e crenças:** os valores vão definir a moral, as normas e regras da conduta da escola; enquanto que a crença é que vai afirmar a verdade de uma coisa, mesmo que não se consiga comprová-la.
- **Concepções básicas:** operações pelas quais os sujeitos formam, através de experiências diversas, a representação de um objeto de pensamento ou conceito, que uma vez interiorizadas, servem para orientar as ações individuais e coletivas.

Diante de uma reflexão sobre a relação sociedade, cultura e escola, acredito que desde a infância o indivíduo convive com pessoas estabelecendo relações sociais que irão determinar sua forma de pensar, agir, ser e se relacionar na sociedade. E por meio das experiências sociais que estabelece com o outro que o indivíduo se forma como sujeito e aprende valores culturais de seu meio.

Assim, quando os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais, com um saber, uma cultura, e também um projeto, fruto das experiências vivenciadas dentro do campo de possibilidades de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos é dentro dela, que os jovens podem perceber as relações em que estão imersos, se apropriando dos significados do nível do grupo social a que pertence.

É no convívio com o outro que o indivíduo pode perceber a existência da diversidade cultural, que pode compreender a sua individualidade e perceber que os papéis sociais que desempenha são socialmente nas relações sociais dentro da sala de aula, da escola, da família, enfim, da sociedade.

Saliento que, a construção do papel dos jovens, como alunos, ocorre na concretude das relações vivenciadas, com ênfase na relação com os professores, com os demais sujeitos da escola. No convívio familiar, o indivíduo constitui seus primeiros valores culturais, mas é sobretudo na escola que ele vai interagir com “outros” sujeitos, interagindo com diferentes visões de mundo, aspirações, emoções e padrões de comportamento.

Em suma, acredito que uma educação preocupada com a formação do educando como pessoa humana destaca a importância do processo de ensino-aprendizagem se realiza pela constituição de



competências, habilidades e disposições de condutas do que pelo estabelecimento de conteúdo e pela quantidade de informações.

A visão de um profissional docente tradicional, acadêmico e técnico é criticada em função de um novo paradigma educacional, em que o professor deve educar para a vida. Por isso, conclama-se a necessidade de uma redefinição da docência como profissão, indicando para um novo perfil do exercício do magistério, o qual deve envolver não só a competência técnica, mas também precisa se fundamentar em uma postura reflexivo-crítico, ensejando uma percussão educativa e social de mudança.

Portanto, quando se propõe formar um profissional cidadão, para que este possa conhecer e transformar a sua situação social e existencial, é preciso adotar o paradigma da construção de competências. A compreensão dos limites e possibilidades dessa nova abordagem pedagógica é necessária para que ela não se transforme em palavra “mágica”, em “modismo”, em “novidade” imposta aos professores e alunos que passam a utilizá-la apenas em seu discurso, mas com poucos resultados em sua prática pedagógica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que a escola pública brasileira hoje passa por um processo de reorganização administrativa, pedagógica e financeira, mudando assim o seu cotidiano.

Segundo Grinspun (2010), o cotidiano escolar envolve questões que vão além do currículo escolar e projeto político-pedagógico, o mesmo envolve questões da relação de poder, de saber, de afeto, de emoção, que estão fazendo parte da vida do professor e do aluno. Deve-se valorizar os saberes vivenciados dentro da escola e aqueles vivenciados também fora dela, porque o saber que o indivíduo traz fora da escola, não pode ser ignorado, porque também é cultura.

O cotidiano escolar apresenta natureza das práticas, desenvolvidas/ realizadas em seu interior e, na medida em que conheço essa realidade, passo a entender melhor as decisões que a escola efetiva através de seus diferentes protagonistas. Estudar relações e fatos cotidianos vai nos levar a entender a reciprocidade / cumplicidade das diversas situações que o cotidiano abrange. (GRINSPUN, 2010, p.57).

Entretanto, precisamos frisar que a diferença fundamental entre o público e o privado está no valor da mercadoria. No público, o acesso não depende da condição financeira, como ocorre no privado. O público não-estatal, não difere do privado tendo em vista que, no caso específico das escolas, o conhecimento, ou melhor, a “informação” será adquirida de acordo com as possibilidades financeiras do “cliente”, e de forma individual. O público não pode significar uma negação do estatal, não pode ser fundido com o privado e o estatal. Ao contrário, o público deve ser entendido enquanto uma estratégia para a participação política, dentro de um projeto de sociedade democrática.



“No Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado, a concepção de público, não faz parte do aparato do Estado, ou seja, estabelece a “publicitação” da educação, o que traz mudanças para a organização desse ensino. Se, tais mudanças, oriundas da concepção do público-não estatal, forem entendidas “como uma forma de autogestão, mas com financiamento estatal, a coisa poder ter uma dimensão democrática e antiburocrática”. (COUTINHO, 2002:36).

Apresenta-se como um esforço de explicitar as políticas educacionais referentes à organização administrativa da escola com a finalidade de através de nossa resistência ativa, construirmos um modelo de educação e de escola que ocupe seu espaço público, por meio da participação política e socialize o conhecimento, contribuindo para uma sociedade justa, onde a democracia assuma um “valor universal”.

A educação pública no Brasil tem uma trajetória marcada por avanços e desafios. A sua função social é fundamental para a formação cidadã e o desenvolvimento social e econômico do país. No entanto, a educação pública enfrenta desafios como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e desigualdade de acesso e qualidade. É necessário aumentar o financiamento, melhorar a infraestrutura e promover a igualdade de oportunidades para garantir uma educação pública de qualidade para todos.

Ao termino deste trabalho todas as análises e reflexões nos mostram a docência sob nova perspectiva, onde a escola passa a ser um local privilegiado de transformações sociais e práticas. Mostram também que a autonomia da escola é um processo de conquista e que deve ser buscado periodicamente. E essa busca deve ser constante, tanto por parte dos educadores quanto dos discentes, de maneira geral.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. de. Federalismo e políticas sociais. In: AFFONSO, R. de B. A. & SILVA, P. L. B. (Orgs). Descentralização e políticas sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996. 25, 26 p
- BRESSER PEREIRA, L. C. & GRAU, N. C. (orgs). O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 9 p.
- _____. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: 34, 1986. 360 p.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, 2002. 9, 10 p.
- _____. Estratégia e estrutura para um novo Estado. In: Revista do Serviço Público, Ano 48, Número 1, 1997. 25 p.
- FREIRE, Paulo. Educação: Sonho possível. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org). O Educador: Vida e Morte. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 20 p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1992. 127 28 p.
- FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1997. 53 p.
- GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 1992. 51 p.
- GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (org.). A prática dos Orientadores Educacionais. 3º Ed. São Paulo: Cortez. 1998. 57 p.
- LIMA, L. C. Modernização, Racionalização e Otimização - Perspectivas neo-taylorianas na organização e administração da educação. In: Cadernos de Ciências Sociais, nº 14 - janeiro, 1994. 100 p.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org). Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis. Vozes, 2005. 68 p.
- PARÂMETROS Curriculares nacionais: Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:MEC/SEF,1998. 42 p.
- PENIN, S. T. S.; VIEIRA S. L.; MACHADO M. A. M. I. Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Brasília: Consed, 2001. (Módulo 1). 27 p.
- PILETTI, Nélon. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º grau, 5º edição. Editora Ática São Paulo.1990. 176 p.
- _____. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: ed. 34; Brasília: ENAP, 1998. 28 p.
- RIBEIRO, R. J. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. 40 p.



RIBEIRO, V. M. (ORG.). Participação Escolar e Escola Pública: Movimentos Populares, Associação de Pais e Mestres, Conselho de Escolas e Grêmios Estudantis. Caderno do CEDI, 19. São Paulo: CEDI, janeiro, 1989. 61- 67 p.

_____. Secretaria de Educação. Regimento Interno das Escolas Públicas do Distrito Federal. 2009. 84 p.